



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

NARA MARIA RODRIGUES ARAÚJO

**MULHERES EM LUTA NA FÁBRICA E NO JORNAL:
O COTIDIANO DE OPERÁRIAS TÊXTEIS E A DIREÇÃO DE MARIA ARAGÃO
NO JORNAL *TRIBUNA DO POVO* (MARANHÃO – 1949-1959)**

**PARNAÍBA-PI
2024**

NARA MARIA RODRIGUES ARAÚJO

**MULHERES EM LUTA NA FÁBRICA E NO JORNAL:
O COTIDIANO DE OPERÁRIAS TÊXTEIS E A DIREÇÃO DE MARIA ARAGÃO
NO JORNAL *TRIBUNA DO POVO* (MARANHÃO – 1949-1959)**

Artigo apresentado à Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador(a): Professor Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro.

**PARNAÍBA-PI
2024**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(conforme RESOLUÇÃO CEPEX 014/2011 de 13 de maio de 2011)

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às 16:00 horas, no Miniauditório da UESPI – Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira (Parnaíba), na presença da banca examinadora, presidida pelo professor **Felipe Augusto dos Santos Ribeiro** e composta pelas seguintes professoras membros: **Mary Angélica Costa Tourinho** e **Lorena Maria de Franca Ferreira**, a aluna **Nara Maria Rodrigues Araújo** apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso na graduação de Licenciatura em História, como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título: **MULHERES EM LUTA NA FÁBRICA E NO JORNAL: O COTIDIANO DE OPERÁRIAS TÊXTEIS E A DIREÇÃO DE MARIA ARAGÃO NO JORNAL TRIBUNA DO POVO (MARANHÃO – 1949-1959)**. A banca examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pela aprovação da candidata. Eu, professor Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelas demais membros e pela aluna apresentadora do trabalho.

Obs.: A banca examinadora atribuiu a nota 10 ao referido Trabalho de Conclusão de Curso.

Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dra. Mary Angélica Costa Tourinho
Membro da Banca Examinadora

Prof. Ma. Lorena Maria de Franca Ferreira
Membro da Banca Examinadora

Nara Maria Rodrigues Araújo
Aluna

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai por ser meu porto seguro. Essa conquista é nossa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Jesus Cristo e a minha mãezinha Nossa Senhora por todo amor, cuidado e discernimento durante esse processo.

Agradeço também a minha mãe Nadja, ao meu pai Marcos, ao meu irmão Vinícius e a todos os meus familiares e amigos por todo apoio durante o curso. Não esquecerei da alegria de todos ao me ver entrando na universidade.

Às minhas amigas Andria e Nathalia, vocês foram anjos enviados do céu para fazer a minha vida mais feliz. Obrigada por todo apoio e ajuda nesses anos de UESPI, a faculdade não teria a menor graça sem vocês.

Por fim gostaria de agradecer ao meu orientador Felipe, que foi muito além de um professor, foi um amigo.

MULHERES EM LUTA NA FÁBRICA E NO JORNAL: O COTIDIANO DE OPERÁRIAS TÊXTEIS E A DIREÇÃO DE MARIA ARAGÃO NO JORNAL *TRIBUNA DO POVO* (MARANHÃO – 1949-1959)

Nara Maria Rodrigues Araújo

RESUMO: Muito embora se compreenda que a história da sociedade está sempre repleta de grandes avanços e mudanças, infelizmente muitos comportamentos e pensamentos continuam enraizados negativamente no corpo social, entre eles o machismo e a violência de gênero. O conservadorismo e os preconceitos continuam prejudicando diversas mulheres diariamente principalmente quando estas entram no mercado de trabalho, pois em muitos casos são invalidadas e passam por diversas dificuldades por enfrentarem o sistema capitalista que já é bastante opressor, como também o machismo. O presente artigo discorre a respeito do trabalho feminino maranhense entre o final dos anos quarenta e a década de cinquenta do século XX, englobando a atuação de mulheres na medicina, na imprensa, mas principalmente dentro das fábricas de tecidos. Busca-se compreender o porquê das operárias serem severamente criticadas por simplesmente trabalharem nas fábricas têxteis e em que medida essas mulheres atingiam a população maranhense. Procura-se também explicar a função dessa força feminina como parte da força operária. Além disso, busca-se compreender de maneira resumida a trajetória da médica e líder comunista Maria Aragão, seja dentro da medicina e do Partido Comunista do Brasil (PCB), que a levou a criação e direção do jornal *Tribuna do Povo*. Por último analisaremos as notícias do jornal *Tribuna do Povo* no que se refere ao operariado feminino. Através desses documentos podemos observar os maus tratos que as tecelãs sofriam no trabalho, bem como suas lutas por respeito e dignidade trabalhista, assim como a visão dos redatores do jornal sobre os acontecidos e como os donos das fábricas prejudicavam propositalmente a vida profissional das operárias, as tratando como objetos descartáveis, reforçando o debate sobre as questões de gênero dentro e fora das fábricas.

Palavras-chave: Indústria têxtil; Mulheres operárias; Tribuna do Povo; Maria Aragão; Maranhão.

INTRODUÇÃO

As mulheres operárias recebem salários inferiores aos dos homens, em 50 [por cento] em média, apesar de realizarem o mesmo trabalho. A elas não se assegura o respeito por sua condição de mulher. Nas fábricas, é comum as privadas não terem portas e as operárias mudarem de roupa, guardadas pelas suas companheiras. O próprio direito de ser mãe não lhes é reconhecido (*Tribuna do Povo*, 06/03/1954, p. 4).

Em março de 1954, as trabalhadoras em fábricas de tecidos na cidade de São Luís, estado do Maranhão, estavam sofrendo assédio, tanto sexual quanto moral, dentro das fábricas em que trabalhavam, como também sofriam inúmeras injustiças no quesito direitos trabalhistas. Na matéria intitulada “Sob o regime de latifundiários e grandes capitalistas as mulheres vivem exploradas e oprimidas”, o jornal comunista *Tribuna do Povo* publicava mais

uma vez um texto baseado nas reclamações das tecelãs, reivindicando seus direitos: salários iguais, melhores condições no ambiente de trabalho, bem como a luta pelo direito à maternidade, visto que muitas gerências fabris tinham preferência que suas operárias dedicassem a maior parte de seu tempo ao trabalho, não sobrando quase que tempo algum para a vida pessoal das mesmas.

Importante dizer que a cidade São Luís possuía fábricas têxteis instaladas desde o final do século XIX. Na década de 1940, a capital do Maranhão possuía nove fábricas de fiação e tecelagem, que mantinham cerca de três mil oitocentos e setenta pessoas empregadas no trabalho têxtil. Deste total, mais de duas mil eram mulheres, ou seja, elas eram a maioria da mão de obra nessas fábricas (CETex, 1946, p. 115).

Na militância comunista maranhense, desde a década de 1940, despontava como liderança a médica Maria Aragão, que também se tornou diretora do *Tribuna do Povo* no ano de 1949, um jornal sediado em São Luís e vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), que de forma recorrente publicava reportagens sobre as condições de trabalho nas variadas fábricas.

Como é possível perceber, há um protagonismo de mulheres em luta nas fábricas têxteis da cidade e também no referido jornal comunista, visto que a médica Maria Aragão dirigia e muitas vezes também redigia o *Tribuna do Povo*.

O presente artigo tem como principal objetivo analisar as matérias do jornal *Tribuna do Povo* que se referiam às operárias têxteis de São Luís do Maranhão entre os anos de 1949 e 1959.

O artigo foi organizado em três tópicos. No primeiro tópico discorre-se a respeito da dinâmica das fábricas, a função das operárias dentro de seus empregos, a importância de cada função para formação dos tecidos de algodão, tal e qual a relação de poder que oprimia o sexo feminino dentro das fábricas, como também os desafios trabalhistas e sociais que essas mulheres enfrentavam por trabalharem em locais públicos juntamente com os homens. O segundo tópico vai discorrer sobre a vida da diretora do *Tribuna do Povo*, a líder comunista Maria Aragão. Nessa etapa fala-se a respeito da infância de Maria, a sua trajetória como médica, bem como o seu comportamento na execução da sua profissão e a sua trajetória na militância comunista. Também vai resumidamente discorrer sobre a criação do jornal *Tribuna do Povo*. Por fim, o último tópico trata da análise dos artigos jornalísticos do *Tribuna do Povo* sobre as operárias têxteis, reportagens essas que abordam variados assuntos, entre eles a

maternidade, os assédios que essas mulheres sofriam, a negligência dos donos das fábricas para com as suas funcionárias e a falta de pagamento e direitos trabalhistas básicos. O objetivo principal deste trabalho é analisar as matérias sobre as operárias têxteis da capital do Maranhão, de um jornal que era dirigido e também por muitas vezes escrito por uma mulher que prezava por defender o direito das mulheres e uma sociedade mais igualitária. Maria e toda a redação do jornal denunciavam constantemente o que o operariado feminino vivia dentro das fábricas. Esse assunto ainda é bastante discutido na sociedade, porque muitas mulheres continuam diariamente sendo desmoralizadas e desrespeitadas em seu ambiente trabalhista independente da sua profissão.

As principais referências deste trabalho foram os estudos sobre trabalhadoras em fábricas têxteis no Maranhão, realizados pelas autoras Ana Paula Alves Pereira (Pereira, 2010), Maria Cristina Pereira Melo (Melo, 1990), Maria da Glória Guimarães Correia (Correia, 2006) e Rosário de Maria Carvalho (Carvalho, 2008), em articulação com os estudos de gênero de Michelle Perrot (Perrot, 2005). Também dialogamos com pesquisas sobre a trajetória da líder comunista e médica Maria Aragão, especialmente a produzida por Marcia Antônia Piedade Araújo (Araújo, 2014), Euclides Moreira Neto (Moreira Neto, 2017) e pela diretora Ana Carolina Soares no documentário “Maria Aragão e a organização popular” (Soares, 2014).

Conforme já indicamos, a principal fonte histórica neste trabalho é o jornal *Tribuna do Povo*, que trataremos mais detalhadamente no último tópico.

AS MULHERES OPERÁRIAS: O COTIDIANO DO TRABALHO E A DUPLA OPRESSÃO

Em todos os tempos, os homens tiveram medo das mulheres. A mulher é a outra, a estrangeira, a sombra da noite, a armadilha, a inimiga. A mulher é Judite ou Dalila, que se aproveita do sono do homem para cortar-lhe os cabelos: a sua força. Este medo ancestral, primitivo, ligado talvez a sexualidade (e que a psicanálise tanto expressa quanto tenta elucidar), encontra em cada época, sua expressão própria (Perrot, 2005, p. 265).

O machismo e o patriarcado que a sociedade, mesmo inconscientemente, segue e reproduz, vê a mulher como uma propriedade do homem, no sentido da existência do sexo feminino socialmente servir e cuidar do masculino. Portanto quando as mulheres fogem dessa imposição e começam a seguir o que querem, são vistas como pessoas maldosas, vulgares,

descartáveis, entre outros adjetivos ruins, pois a mulher ideal e respeitável para esse corpo social teria que ter uma vida mais restrita aos ambientes privados, ser uma boa dona de casa e principalmente ser recatada e submissa aos homens da família.

A produção de uma história da participação da mulher no sistema fabril revela momentos de opressão, exploração e humilhação; entretanto, é a forma como essas mulheres eram percebidas e representadas pela sociedade que chama a atenção: a relação que a sociedade concebia entre o trabalho feminino e as questões de moralidade. O modelo de mulher virtuosa e admirável pela sociedade caxiense às vésperas de 1950 é o da mulher cristã, dedicada ao apostolado, com uma moralidade imensurável, que não podia ser perdida ou manchada no ambiente fabril (Pereira, 2010, p. 36-37).

Não só na cidade de Caxias, como também nos outros polos fabris do Maranhão, inclusive na capital São Luís, a mulher bem vista era aquela que passava a maior parte do tempo no ambiente privado. Ser uma mulher pública de dupla jornada já é desafiador na atualidade, época essa em que as mulheres tem mais voz e o grande público está aberto a discussões e essa questão se fazia muito mais complicada em meados do século XX, principalmente na capital maranhense onde estavam concentradas um maior número de fábricas têxteis e com forte presença feminina no operariado. Essas fábricas eram uma “febre”, no bom sentido, nessa região e essas se encontravam como umas das principais bases da economia. As mulheres eram maioria da força de trabalho desses estabelecimentos, pois trabalhavam em várias funções, sendo as principais os serviços de tecedeiras e fiadeiras. No entanto, elas não eram vistas e tão pouco valorizadas como parte da força do trabalho dessas fábricas, para os seus patrões eram vistas geralmente como pobres coitadas, para o corpo social eram percebidas como vulgares, mulheres que mancharam sua “honra” dentro de seus empregos, visto que o ambiente de trabalho era dividido com muitos homens, então as pessoas as atacavam fazendo insinuações de baixo calão, misturando a vida pessoal com a profissional e as ofendendo simplesmente por dividirem o espaço de trabalho com muitos homens. Como não seguiam as regras sociais femininas, eram constantemente julgadas.

Apesar da sua predisposição ao trabalho têxtil, a mulher era comumente taxada, pelo próprio masculino de “sexo frágil”, carente de proteção e de conscientização política, o que reforçava a representação da sociedade em relação a fábrica, tida como um espaço pouco indicado para a delicada presença feminina (Pereira, 2011, p. 41).

Levando em conta a humilhação, a opressão, o não reconhecimento e a absurda jornada de trabalho que elas aguentavam, tornar-se uma operária têxtil era como viver como um cárcere privado, porém por escolha própria. Para se manter nesse emprego, elas tinham que abrir mão de qualquer tipo de lazer, bem como de uma mínima qualidade de vida, uma vez que até seus movimentos eram controlados por seus superiores e pela mecânica das máquinas e essa questão seria até “normal” se essas mulheres trabalhassem quarenta e oito horas semanais, contudo a realidade era que, quase constantemente, as tecelãs e fiandeiras prestavam serviços por muito mais horas por semana, não paravam as máquinas nem no horário de almoço, não porque eram ambiciosas, mas porque eram sobreviventes. As operárias viviam em uma situação de escravizadas das máquinas e de seus patrões, era como uma “liberdade não liberta”, pois eram livres por trabalhar no ambiente público, mas, ao mesmo tempo, eram presas por uma rotina desumana e pelo desrespeito.

Maria Cristina Pereira e Melo, em sua obra “O Bater dos Panos”, detalha com clareza a dinâmica de trabalho nas fábricas têxteis do Maranhão, com destaque na fábrica Santa Efigenia, localizada na capital São Luís: “a força de trabalho, utilizada no processo de trabalho, foi basicamente recrutada entre a população pobre e urbana, sendo mais da metade dos postos de trabalho ocupada por mulheres e menores” (Melo, 1990, p. 39).

Antes mesmo da idade adulta, grande maioria das operárias embarcava no trabalho ainda meninas, para ajudar os pais com as despesas de casa, empregavam-se por volta dos onze e treze anos de idade e, quando se casavam, continuavam trabalhando, por conta dos filhos, pela sobrevivência e também porque eram acostumadas a ser independentes e, por mais que fosse puxado, muitas delas eram muito apegadas ao seu trabalho. Como bem dito anteriormente, as trabalhadoras têxteis eram a maioria da força de trabalho e exerciam várias funções de extrema importância para o rendimento das fábricas, Maria Cristina Pereira de Melo conta com detalhes como eram os “bastidores” da Fábrica Santa Efigenia, que segundo ela teve o seu auge nos anos entre 1941 e 1950. Ela nos esclarece como funcionava os procedimentos em grande parte das instituições fabris maranhenses no século XX.

Cada operária – com exceção de 2 contramestres (uma de urdimento e outra de trama) e do pesador de linha, que conferia a produção das operárias era responsável por um lado da máquina. Vale ressaltar que o número de fusos/máquina variava de um equipamento para o outro, variando dessa forma, o número de fusos/ operária; as que trabalhavam com menos operavam com 152 fusos e as que ficavam com os maiores filatórios operavam com 241 fusos (Melo, 1990, p. 56).

A máquina usada para fiar o algodão e outros tipos de fibras têxteis era geralmente uma *Spping Muller*, um equipamento de grande porte que não era comandado somente por uma pessoa e requeria bastante cautela para que o algodão colhido se tornasse tecido. Uma das funções mais difíceis da empregabilidade feminina dentro das fábricas era o encargo das fiandeiras, pois elas exerciam várias funções ao mesmo tempo, o que requer clareza e inteligência, portanto faziam um papel muito nobre para o pleno funcionamento das instituições fabris, fiavam o algodão para que ele pudesse se transformar em tecido. Em “O Bater dos Panos”, Maria Cristina descreve com autoridade a importância da função dessas mulheres.

A tarefa de uma fiandeira era patrulhar, constantemente, de uma ponta a outra da máquina a fim de alimentá-la, corrigir defeitos no pavio, emendar fios partidos, além de auxiliar as tiradeiras de linha na descarga, recolher desperdícios, depósitos, retirar com as mãos os anéis de algodão formados nos rolos limpadores, emendar os cordões que acionavam os fusos, como também trazer o equipamento limpo e lubrificado. Aquela que trabalhasse na alavanca era a “dona da máquina” era quem a colocava em marcha e fazia a limpeza e lubrificação das margens. Eram 54 mulheres nos 27 filatórios e 42 nos 21 de trama e mais 15 tiradeiras de linha e aprendizes- meninas menores – que faziam o carregamento e descarregamento dos fusos, varrição do assolho e outras tarefas auxiliares (Melo, 1990, p. 57).

A “dona da máquina” exercia uma relação de poder sobre as suplentes, ao mesmo tempo que essa função apresentava uma certa “regalia”, visto que, elas tinham a oportunidade de trabalhar todos os dias porque possuíam “máquinas próprias”. Esse título também era usado para oprimi-las, uma vez que os diretores desses locais só se importavam com as monetizações, então para esses indivíduos os seus trabalhadores não eram vistos como seres humanos, que tem adversidades, que adoecem, que tem problemas familiares, então se por ventura, a tal “dona da máquina” se ausentasse por mais de três dias, seja por conta de um resguardo, por causa de enfermidades ou problemas sérios no âmbito familiar, nada disso importava, porque, a ausência era comumente sinônimo de perda de função. Por conta disso, essas mulheres praticamente pariam dentro das fábricas, iam trabalhar no resguardo, também extremamente doentes, porque aquele emprego para elas não era um questão de capricho e sim de subsistência. Quando as moças chegavam nas fábricas, recebiam o título de aprendizes e eram devidamente treinadas por mulheres mais experientes, que atrasavam o seu trabalho diário por conta desses treinamentos e não recebiam nada por isso, por conta disso as

treinadoras das novatas geralmente eram do seu vínculo familiar ou de amizade, porque essas profissionais viam quando as fábricas estavam precisando de funcionárias e ajudavam suas entes queridas de bom grado. Quando aprendiam o jeito devidamente correto de trabalhar, as aprendizes se apossavam do cargo de suplentes. Maria da Glória discorre de forma objetiva sobre essa função.

Com relação as suplentes, tratava-se de trabalhadoras “sem paradeiro certo”, ou seja: hoje podiam está fazendo uma coisa, amanhã outra bem diferente, e depois ver-se sem fazer nada. Das instáveis eram as mais instáveis e, num mundo sem leis e sem proteção ao trabalho, onde o pão-de-cada-dia era ganho dia-a-dia, além de receberem menos que as donas-das-máquina, havia mesmo os dias em que sequer serviços elas tinham. Aprendiam, como todo mundo aprendeu um dia, mas quando estavam “prontas” só trabalhavam quando falhava a dona-da-máquina e elas a substituíam. Além disso, podiam ficar fazendo serviços menores, como “varrer o salão” ou “catar linha”, havendo, porém, os dias em que nada disso acontecia, voltavam então com as mãos vazias, aventurando no dia seguinte uma nova jornada, com melhor sina. (Correia, 2006 p.210)

As suplentes eram, sem dúvida, mulheres muito determinadas, pois ouviam mais a palavra não do que a palavra sim, em sua maioria dependiam tanto daquele dinheiro quanto as outras que tinham a máquina para trabalhar todos os dias, porém elas não desistiam e estavam nas fábricas em busca do trabalho todos os dias. Além de escrever acerca da função das fiandeiras Maria Cristina também explica a respeito das tecedeiras que tinham um trabalho de grande importância no que se refere a fabricação dos tecidos.

A ocupação da tecelã era: colocar a espula na lançadeira, encaixa-la no tear e botar a máquina pra virar. Ficar atenta para parar o tear quando embaraçasse ou rompesse um fio de urdume ou quando acabasse um fio da trama; trocar a espátula vazia por uma cheia; corrigir defeitos no tecido quando rompesse um fio de urdume (para isso, era necessário remeter os fios que haviam saído do liço, o que implicava em afrouxar o rolo de urdume atrás e depois apertá-lo para pôr a máquina em funcionamento, esse ajustamento sendo feito nos pesos e correntes), corrigir defeitos no pano resultantes de outra origem, com tesoura, pentes finos, etc.. Além de limpar e lubrificar os teares (Melo, 1990, p. 68).

Ou seja, essas mulheres transformavam basicamente o algodão fiado em tecidos, que era o produto que gerava grandes lucros para essas empresas, contudo quem usufruía desse lucro eram os seus patrões.

Na dimensão objetiva, as desigualdades de gênero se configuram nos cargos ocupacionais, rotatividade de emprego, salarial e na política de “assistência”

ao operariado. Enquanto a dimensão subjetiva está presente no próprio processo de consciência de classe, visto que as desigualdades de gênero podem servir enquanto aliadas da classe dominante gerando obstáculos para a inserção da mulher no movimento operário e na fragmentação de classe (Matoso, 2017, p. 9).

O Maranhão do século XX seguia uma linha bem conservadora, pois assim como no momento atual, o corpo social machista insiste em colocar as mulheres em “caixinhas”. O homem sempre foi validado e aceito apenas por fazer parte do sexo masculino, já entre o sexo feminino existiam os “anjos” e “demônios” e esse conflito se estendia também para o âmbito trabalhista. Como foi bem falado anteriormente, a mulher digna era aquela que se ocupava dos cuidados com a casa, marido e filhos ou com trabalhos mais “femininos”, como enfermeiras e atendentes de comércios “decentes”, como farmácias e escritórios. A mulher pública, aquela que trabalhava junto com os homens, que não andava à sombra de seu pai ou seu marido, era vista com maus olhos, visto que para a população elas eram sujas e não eram dignas como as mulheres que se comportavam de acordo com o “cabresto” do homem.

O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sua aparência, sua beleza, suas formas, suas roupas, seus gestos, sua maneira de andar, de olhar, de falar e de rir (provocante, o riso não cai bem as mulheres, prefere-se que elas fiquem com as lágrimas) são o objeto de uma perpétua suspeita. Suspeita que visa seu sexo, vulcão da terra. Enclausurá-las seria a melhor solução: em um estado fechado e controlado, ou no mínimo sob um véu ou uma máscara sua chama incendiária. Toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo, está em perigo, um legitimando o outro. Se algo de mau lhe acontece, ela está recebendo apenas aquilo que merece (Perrot, 2005, p. 447).

Dentro do ambiente fabril, os homens eram vistos apenas como meros trabalhadores, já as mulheres eram percebidas como atiradas, que não estavam ali somente para garantir o seu sustento e sim porque queriam se jogar pra cima dos homens, tanto dos trabalhadores e principalmente dos patrões. Ser um trabalhador em um sistema completamente exploratório já é péssimo, mas ser uma operária pública em uma sociedade conservadora no século XX era terrível, pois seus corpos eram desrespeitados, suas capacidades invalidadas, sua vida sexual levantada e os assédios eram constantes.

E de maneira geral, os “serviços”, setor de empregos amplamente femininos, comportam a ideia de um engajamento físico. Como se uma mulher não pudesse vender apenas a sua força de trabalho, condenada ao uso e sem a faculdade de alcançar a relativa liberdade de troca. Este enraizamento das mulheres nos territórios de seus corpos é uma das chaves de sua extrema

dificuldade em ter acesso ao assalariamento, mesmo como operárias (Perrot, 2005, p. 448).

Diante dessa situação, a união era involuntária, o operariado feminino ludovicense do século XX não discutia sobre as pautas feministas ou faziam grandes reivindicações para lutar pela igualdade de gênero, pois estavam ocupadas demais tentando sobreviver. Contudo, apesar da rivalidade que era praticamente cultural, o apoio feminino era nítido, esse apoio era notado como já foi apontado nesse artigo, principalmente quando novatas entravam nas fábricas para trabalhar. As operárias passavam por um treinamento antes de exercer as funções para as quais foram designadas, as suas professoras nessa capacitação não recebiam nada a mais por isso e inclusive se atrasavam em suas funções, mas elas sempre estavam se ajudando, pois viam que sua realidade era bastante parecida.

O capital, a parte da incumbência do treinamento, esperava resultados satisfatórios: o treinador zelaria pelo bom andamento de quem ele próprio indicava e o aprendiz trataria de aprender bem e em espaço de tempo curto para não decepcionar e/ou atrapalhar quem o indicava para assumir aquele posto (Melo, 1990, p.65).

As instituições fabris eram espaços destinados ao trabalho visando o lucro dos capitalistas, contudo era também um espaço de relações humanas, então via de regra ocorriam situações de opressão de classe, de machismo, de injustiças em geral, os patrões se achavam superiores por sua renda financeira e, na maioria das vezes, por sua cor. Por conta disso, oprimiam os seus trabalhadores que eram os operários e as operárias, as mulheres no entanto eram duplamente oprimidas, pois ao final de contas um homem sempre respeita o outro, pois se veem como seres humanos, já no caso da mulher, na grande parte dos casos, ela era vista hora como uma máquina de trabalho, hora como objeto sexual. Então elas tinham que lidar com as problemáticas da vida de uma funcionária e com as problemáticas da violência de gênero que sofriam.

Era exigido a força de trabalho, um elevado rendimento, como vimos, e uma produção de boa qualidade, dispondo a fábrica de mecanismos repressivos para quem não cumprisse essas exigências. Expedientes arbitrários que iam de multas até a dispensa definitiva do operário (Melo, 1990, p. 72).

Os ambientes fabris para esses funcionários eram mais que apenas um mero sustento, eram toda a sua vida por dois motivos: era a oportunidade de sair um pouco da miséria e fazer

algum bem para seus parentes, como também eles passavam a maior parte da sua vida trancafiados dentro das fábricas trabalhando honesta e brilhantemente. Para as mulheres, que em sua grande maioria eram negras, descendentes de escravizados, ou seja, mulheres que sempre trabalharam fora não como opção, mas sim como obrigação, era uma grande chance de fugir do ciclo do trabalho em “casas de família”, para muitas mocinhas que trabalhavam nas fábricas, era muito mais emocionante e muito mais digno prestar serviços a um grande empresa ao sofrer humilhações de uma família de “gente rica”.

Na cidade as mulheres são duplamente negadas: como mulheres por serem a antítese da feminilidade (“operária, esta palavra ímpar”, diz Michelet); como trabalhadoras, pois seu salário, estaturamente inferior ao do homem é considerado como um “complemento” ao orçamento da família, que define sua tarefa e seu destino. Setores produtivos inteiros lhes são fechados (Perrot, 2005, p. 288).

Esse trecho escrito por Michelle Perrot não se limita apenas em discorrer acerca da mulher no mercado de trabalho, mas sim falar sobre a estrutura da sociedade, através do salário das mulheres, essa pauta bastante discutida contemporaneamente e na época do auge das fábricas essa diferença era bastante notável. As operárias têxteis consideravelmente tinham mais respeito quando eram mulheres casadas e por mais que muitas bancassem a grande maioria dos custos da sua casa ou até todos os gastos, só pelo fato de terem um marido ou um pai ficavam a sombra desses homens, caso contrário, se elas fossem separadas ou viúvas eram vistas como mães solteiras ou pobres coitadas e seus patrões não sentiam como se lhes tivessem dando um emprego, achavam que estavam fazendo caridade empregando-as, as trabalhadoras mesmo dando conta de todas as áreas da sua vida se sobrecarregando, nunca tinham méritos próprios. Os donos desses espaços, não estavam nenhum pouco preocupados com a dignidade humana de seus trabalhadores, dado que a rotina era completamente exaustiva, o que prejudicava a saúde dos proletariados, as pessoas não trabalhavam para viver e sim viviam para trabalhar e, especialmente as mulheres além de passarem por todas essas complicações, ainda tinham que lher dá com o assédio e a invalidação de sua capacidade e de seu valor socialmente.

Era exigido a força de trabalho, um elevado rendimento, como vimos, e uma produção de boa qualidade, dispondo a fábrica de mecanismos repressivos para quem não cumprisse essas exigências. Expedientes Arbitrários que iam de multas até a dispensa definitiva do operário (Melo, 1990, p.72).

Na maior parte dos casos, as moças que trabalhavam no tear ficavam em um grande impasse entre fazer o serviço com a maior qualidade possível e não fazer o salário do dia, ou priorizar a produção com o intuito de bater a meta, os mestres, funcionários que eram encarregados de observar os trabalhos nos setores das instituições fabris, comumente analisavam os tecidos e rasgavam os trabalhos das operárias mais “atrevidas”, eles se sentiam a vontade em aplicar esse tipo de castigo e praticamente rasgar o dinheiro de mulheres que necessitavam daquela renda, porque eles, os mestres, eram treinados por seus patrões, os diretores e, para falar a verdade, eles não tinham nenhuma dificuldade em fazer tamanha maldade porque primeiramente, o sexo masculino mandava e desmandava em tudo naquele contexto. Também porque eles as viam como submissas, por terem um cargo abaixo do deles e por serem mulheres, então era um grande absurdo as operárias levantarem a voz ou reclamarem de algumas adversidades nas fábricas, entretanto elas não se calavam. A maior parte delas tinha consciência que as fábricas eram as suas fontes de renda, mas que as instituições eram falhas e que elas precisavam batalhar por melhores condições dentro desses locais ou, pelo menos, ganhar uma renda justa sem a preocupação com grandes obstáculos, como acidentes de trabalho por exemplo.

Os acidentes ocorriam, na sua maioria, quando os operários queriam fazer a manutenção e limpeza dos equipamentos enquanto eles estavam em funcionamento. Eram obrigados a processarem a limpeza nas pausas; no entanto, esse procedimento não era entendido, visto que não era interessante, para os operários, desviar parcela do seu tempo para outras atividades que não lhe dessem contra partido (Melo, 1990, p. 77).

As questões relacionadas aos acidentes, bem como as denúncias dos operários a respeito dessa questão complicada, será tratada no último tópico deste artigo, mas de antemão ocorriam muitos acidentes que acarretavam, na imensa maioria das vezes, em demissões não remuneradas, pois os funcionários só serviam quando geravam lucros para as fábricas. Em muitos desses acidentes os indivíduos perdiam dedos e até a mão e saíam das instituições fabris sem nenhum direito ou empatia por parte dos donos desses estabelecimentos e ainda ficavam impossibilitados de trabalhar em outras empresas dependendo da gravidade do acidente, voltando assim a extrema miséria, as máquinas (seres não vivos) tinham mais valor que os seres humanos.

Pode-se compreender em vista do que foi dito que a presença do sexo feminino nas instituições fabris incomodava toda uma população, pois ia contra a moral e os bons

costumes, contra o conservadorismo, contra o ideal de mulher esperado. Todavia podemos perceber, de acordo com a pesquisa para este trabalho, que essas mulheres não iam para as fábricas para “provocar” a população, como muitos pensavam de acordo com a bibliografia. Elas de fato trabalhavam, trabalho esse que era de extrema necessidade para o funcionamento das fábricas, os trabalhos de fiandeiras, tecedeiras e suplentes que eram exercidos pelo sexo feminino era o que produzia os tecidos, que eram vendidos gerando grandes ganhos para essas empresas. Portanto a presença feminina nunca deixava de ser percebida de uma maneira muito clara, pois cada metro de tecido que era vendido era fruto do trabalho delas e também porque elas não tinham medo das consequências do seu “mal comportamento” na visão de seus patrões e da sociedade, justamente porque não tinham nada a perder e que viam que a pior alternativa dentro do ambiente em que trabalhavam era a completa submissão. Mesmo que esse “atrevimento” custasse seus empregos, elas estavam sempre lutando por melhorias e defendiam constantemente umas às outras, pois só elas entendiam através de suas vivências o que era ser uma mulher dentro das fábricas.

Que tipo de mulher é essa que além de se atrever a trabalhar em um ambiente gerenciado pelos homens, ainda tinha a ousadia de reclamar quando seus direitos não eram atendidos? As operárias revoltavam a sociedade de duas maneiras: por não aceitar o “cabresto” da vida totalmente privada e por não se calar perante as humilhações que passavam em seus empregos, ser uma mulher que argumenta, que não se submete, era muito perigoso naquele mundo de costumes e pensamentos totalmente conservadores.

MARIA ARAGÃO: A INFÂNCIA POBRE, A MEDICINA E A MILITÂNCIA COMUNISTA

O lugar da mulher sempre foi uma imposição social demarcada pelo discurso que reserva a mulher em esfera sempre inferior na sociedade. Esse pensamento claramente de ordem machista, coloca a mulher como a pessoa que acompanha, na condição de existir se o outro, ou seja, o homem fizer com que ela exista. Nessa perspectiva, sem a anuência do homem a mulher estará quase sempre fadada ao fracasso. É comum ouvirmos que se um homem é bem sucedido, ele tem uma mulher por trás dele, reiterando o discurso que condiciona a mulher como acompanhante, não podendo a mulher está à frente. Numa sociedade machista como a nossa, a condição da mulher negra se apresenta de forma muito mais difícil, no momento em que vivencia as relações autoritárias que caracterizam o machismo, acrescidas as relações de discriminação e preconceito étnico-raciais (Ribeiro; Ribeiro e Silva, 2018, p. 2).

Maria José Camargo Aragão nasceu no ano de 1910 em uma noite de carnaval. Natural de um pequeno município maranhense chamado Engenho Central, Maria – como uma grande parcela das crianças brasileiras – nasceu negra e pertencente a uma classe social de pouca renda, tendo que lidar desde cedo com o machismo, o racismo e as dificuldades de uma infância na extrema pobreza, sendo a maior delas a fome, ou seja, uma infância já com bastante responsabilidades. Todavia sua mãe tinha um diferencial: sempre incentivou ela e seus irmãos a estudarem, nunca os desmotivou e mesmo com toda a situação vivida se permitia sonhar junto com eles. De acordo com Wagner Baldez, no documentário “Maria Aragão e a organização popular” (Soares, 2014). A mãe de Maria, que era conhecida como Rosa Camargo, falava repetidas vezes para seus filhos que a fome só desapareceria de casa se eles estudassem. Rosa, segundo diversas entrevistas de Maria, tinha uma personalidade muito forte, no sentido de não ser conformista e ousar mesmo diante de toda a situação que vivia, crer na melhoria e lutar pela mesma. Maria, por sua vez, pelo que percebe-se na análise de sua história, herdou essa característica da mãe, pois era bastante determinada: “Me inspirava na determinação da minha mãe, portanto nossa ida para a escola foi inspirada na força da minha mãe” (Moreira Neto, 2017, p. 36).

Maria José de Camargo Aragão nasceu em 10 de fevereiro de 1910, em Engenho Central, hoje Pindaré Mirim, interior do Maranhão, região que ainda hoje é uma das principais áreas de conflito de terra do estado. Terceira de uma família de sete irmãos, seu pai, Emídio Aragão, era guarda fios da companhia de Telégrafos, descendente de africanos; e sua mãe, Evangelina Camargo de Aragão, mesmo sendo analfabeta, foi decisiva na educação e formação dos filhos. Foi dela a iniciativa de enviar os filhos para a capital para assim poderem dar um estudo de qualidade aos filhos (Ribeiro; Ribeiro; Silva, 2018, p .4).

Segundo Ribeiro; Ribeiro; Silva (2018), a mãe de Maria migrou com toda a família para São Luís, pois seu objetivo principal era realmente fornecer uma educação de qualidade para os seus filhos. Por imposição da mãe, ao concluir seus estudos, Maria se torna professora. Essa profissão não era o seu sonho, porém era digna para moças “decentes” naquela época. Por conta da classe social de Maria, como também devido ao seu gênero e a sua cor, chegar ao cargo da docência era uma conquista e tanto, ela era muito inteligente e sabia transmitir conhecimento maravilhosamente para todos os seus alunos. Maria ministrou aulas para diferentes tipos de pessoas, desde as que se preparavam para seletivos de vestibulares, concursos e empregos até para crianças que frequentavam a escola. Foi graças ao

seu trabalho como docente que ela conseguiu renda para se manter no Rio de Janeiro, quando estava cursando medicina de 1937 a 1942. Araújo (2012) enfatiza que os alunos de Maria pertenciam a diversas classes sociais e faixas etárias.

Ela decidiu então começar o Curso de Medicina, decidindo-se pela antiga Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Sem recursos, Maria Aragão enfrentou inúmeros sacrifícios, mesmo passando por todo tipo de privações, dormindo apenas três horas por noite e passando até fome, ela não desistiu e seguiu obstinada e focada em seu objetivo maior que era concluir o curso. Para tanto ela decide, então que teria que trabalhar e começou a dar aulas de português, e foi com esse dinheiro que ela conseguiu sobreviver. Depois optou por fazer concurso para enfermagem, sendo aprovada. Com isso passou a trabalhar à noite, dedicando o dia todo a faculdade, ao hospital e as aulas que dava como professora. Assim, conseguiu cursar os últimos três anos do curso, sua formatura aconteceu em 12 de novembro de 1942 (Ribeiro; Ribeiro; Silva, p . 5-6).

Maria poderia muito bem ter se conformado somente com a profissão de professora, o que era muito digno, porém ela perseguiu a profissão dos seus sonhos até sua formação na área da saúde. Ao contrário de muitos discentes do curso de medicina, Maria não almejava dinheiro nem status. Antes mesmo de conhecer as teorias comunistas, ela queria ajudar as pessoas que se encontravam em vulnerabilidade social a conseguir tratar suas doenças através de sua profissão. Apesar de ter se tornado uma médica muito competente, ser professora foi de extrema importância em sua vida, porque a educação foi uma arma muito poderosa na trajetória de Maria, pois graças a educação ela saiu da estatística, graças a educação ela conseguiu se sustentar durante um bom tempo no Rio de Janeiro e foi através da educação que ela se tornou esse personagem histórico tão importante para a população maranhense.

Maria não poderia ser médica, pois essa profissão era permitida apenas a determinado segmento da sociedade. Maria deveria ser, sim, professora, profissão para as pessoas humildes, digna para a mulher, “acessível”, mais “fácil”, delimitando-se assim os espaços de poder e saber. Pode-se perceber ainda que Maria transitava por diferentes segmentos da sociedade, mesmo sendo olhada com preconceito por membros da elite (Araújo, 2012, p. 50).

Maria com certeza saía do âmbito do comum, visto que não era conformista, uma mulher que se apresenta como uma exceção às suas contemporâneas, posto ter cumprido um papel completamente contrário do recomendado pelo corpo social para alguém em suas condições, porém ela foi superando os obstáculos que a impediam um a um, se tornando assim uma exceção à regra: médica negra do interior de um estado nordestino que consultava

na grande maioria das vezes sem cobrar nada e assim já mostrava a importância de persistir, como também o olhar com a parcela de pessoas que a sociedade insiste em invisibilizar, mostrando assim, na prática, o que o comunismo pregava antes mesmo de fazer parte ou conhecer o partido comunista.

Sacerdócio: exercer a profissão como quem faz votos de pobreza _ talvez tenha sido assim que Maria encarou sua profissão. Por isso, discretamente atendia a pobres e ricos sem visar a aquisição de bens, mas sempre com o olhar devotado aquele que, diante de uma necessidade, recorresse ao seu auxílio (Araújo, 2012, p. 48).

Segundo Araújo (2012), Maria fazia o atendimento das pessoas sem distinção, tanto durante sua passagem no Rio de Janeiro, como em sua morada em São Luís. Na maioria das vezes, ela só cobrava o preço do transporte para ir fazer os atendimentos, nunca enricou com a medicina e, por muitas vezes, não tinha dinheiro nem para se transportar de um lugar para o outro. A verdadeira herança da medicina na vida de Maria foram relatos de sua humanidade, empatia e cuidado para com o próximo, se especializou em pediatria. Porém, com a morte de sua filha, ela não conseguia mais exercer o cuidado com as crianças. Araújo discorre que “em 1944, sua filha de dois anos de idade faleceu vítima de uma disenteria bacilar. A perda brutal de Clarice deixou Maria sem condições de exercer a pediatria” (Araújo, 2012, p. 60). Então, depois do ocorrido, ela começou a se especializar em ginecologia e, por conta disso, teve a capacidade de atender um número ainda maior de pessoas com diversos problemas de saúde, forneceu seu trabalho como médica a vários tipos de pacientes. Assim como na sua vida de professora, não se preocupava com as faixas etárias e a classe social do indivíduo, paciente era paciente e ela estava sempre disposta a atender, principalmente pessoas que não tinham condições de pagar por consultas e por isso acabavam se descuidando bastante da saúde.

O preço de suas consultas _quando eram cobradas_ tinham um valor simbólico. Era um verdadeiro sacrifício estipular um valor de consulta. A fala de Carlos Nina possibilitou levantar um caso contado por Maria Eugenia Simões, ocorrido quando Maria morou na pensão de sua mãe, Raimunda Nogueira Soares conhecida por D. Didica. Como informou, Maria costumava atender pacientes em suas residências, como foi o caso de uma paciente que morava no bairro do Anil. Além da longa viagem de bonde, ela necessitava caminhar bastante para chegar até lá. Embora tivesse ido várias vezes para a casa dessa paciente Maria não cobrava pelos atendimentos. Segundo Maria Eugenia, Maria Aragão disse que a casa era humilde e que a mulher não tinha condições de pagar (Araújo, 2012, p. 44-45).

Vê-se claramente que Maria já tinha uma veia comunista, tanto que quando assistiu a um comício de Luís Carlos Prestes o admirou muito, não por saber sobre o partido na teoria, mas sim por uma questão de identificação, pois aquele homem falava sobre matar a fome dos mais necessitados, sobre o direito dos pobres e proletários a uma vida digna, que era o que Maria sempre acreditou e sempre lutou para que isso ocorresse.

Era 23 de maio de 1945, Maria estava com 35 anos de idade, quando algumas de suas pacientes do Pavão-Pavãozinho a convidaram para assistir a um comício de Luís Carlos Prestes, ao fim de sua clandestinidade. Convite aceito, Maria foi tomada de encanto pelo líder comunista. A impressão deixada por Prestes lhe causou emoção tamanha que decidiu se filiar ao PCB (Araújo, 2012, p.63).

Na história brasileira, Prestes foi uma figura bastante importante, amado por alguns, por outros foi considerado contraditório, mas de todo modo corajoso. Maria Aragão foi uma pessoa que desde sempre lutou contra a fome, as injustiças sociais e a defesa da classe pobre e trabalhadora, tão tal que atendia muitas pessoas pobres doentes com zero custo. Então para ela se filiar ao PCB, estudar teóricos e realmente fazer parte dessa luta, fez sentido com sua trajetória de vida, bem como com tudo que defendia e acreditava. Por isso Maria toma a importante decisão de se filiar ao partido e voltar para São Luís como líder do PCB do Maranhão.

Corria o ano de 1945 e em agosto, Maria voltou para o Maranhão com a finalidade de reorganizar o PCB. Na sua chegada, optou por deixar um pouco para trás a médica que existia no Hospital Miguel Couto, mas isso não significou que iria abandonar seu trabalho na Medicina. Em São Luís, começou timidamente a percorrer alguns bairros para saber como estava a saúde das pessoas mais carentes. Com o tempo, esses percursos vão se alterando, até que chega aos bairros mais distantes da periferia, para onde se dirigia, na maioria das vezes, a pé, e atendia sem cobrar pelas consultas. Alguns pacientes ajudavam no pagamento de seu transporte. Foi, então, através dessa clientela que Maria se tornou conhecida profissionalmente em São Luís (Araújo, 2012, p. 64).

Conforme Araújo (2012), na época em que Maria exercia a medicina, as pessoas ricas não iam aos hospitais, geralmente elas tinham o “médico da família”, os pobres iam se tratar nas Santas Casas. Contudo, esse atendimento em casa que Maria fazia era com o intuito de ajudar as famílias mais carentes. Como ela era uma médica ginecologista, atendia muitas mulheres das vilas operárias, muitas delas trabalhavam nas fábricas de tecidos de São Luís e Maria as consultava, conversava com elas a respeito da sua saúde íntima, tal qual de sua vida

sexual, as medicava por um valor muito baixo ou sem custo algum. Maria fez história tanto na pediatria, na clínica geral, quanto na ginecologista, pois ensinava para as suas pacientes, sem tabu, sobre os cuidados íntimos e tinha diálogos bem abertos sobre o prazer sexual da mulher, assunto que supostamente era proibido na época, pois para o corpo social a mulher tinha que ser casta e servir apenas para a reprodução, a parte do prazer sexual, pertencia aos homens. Mary Ferreira, uma das pacientes de Maria que foram entrevistadas para o documentário, relata que no início de sua vida sexual se consultou com Maria e ela falou sobre o prazer da mulher na relação sexual, como também discorreu sobre cuidados com a sua saúde íntima, explicando essa questão, bem como dando dicas de cuidados. Segundo Mary, a médica estava bastante preocupada com a condição de ser mulher (Soares, 2014). Mediante esse relato podemos perceber que Maria Aragão, ao contrário da maioria de seus contemporâneos, passava por cima dos preconceitos e, de fato, se preocupava e ajudava os seus pacientes, independente da problemática. Se ela podia resolver, resolvia.

Ainda de acordo com Araújo (2012), Maria se desdobrava em várias, quase não tinha descanso. No Rio de Janeiro tinha que dar conta de seus empregos, sua faculdade que lhe cobrava muito. Já em São Luís, atendia como médica incansavelmente, todavia tinha que se preocupar também com o que lhe levou de volta à capital do Maranhão: o PCB. Um dos principais atos de Maria no que se refere a essa pauta foi a criação de um jornal, chamado *Tribuna do Povo*. Tratava-se de um periódico que informava sobre vários acontecimentos no Brasil e no mundo, era um jornal variado no quesito notícias, como qualquer outro naquela cidade, porém tinha um grande diferencial, pois ele foi estruturado como um veículo da imprensa comunista, vinculado ao partido, era um meio de comunicação dele. Estava focado em divulgar o comunismo e ajudar as classes menos abastadas, potencializando suas vozes através do jornal.

TRIBUNA DO POVO E DAS OPERÁRIAS TÊXTEIS

Em 1945, após sua entrada no Partido, Maria foi enviada para o estado do Maranhão com a tarefa de organizar o partido, e sua primeira tarefa foi distribuir o jornal *Imprensa Popular*, que circulava no Rio de Janeiro. Posteriormente a isso passou a organizar o jornal local *Tribuna do Povo*, revelando-se uma grande agitadora e organizadora política (Ribeiro; Ribeiro; Silva, 2018, p. 8).

Comumente, os periódicos da cidade relatavam as notícias mais comentadas do momento, geralmente eram exaltando a elite social, notas de falecimento, anúncios de emprego, como também “puxavam o saco” das classes sociais mais abastadas. O *Tribuna do Povo*, cumpria a todas essas demandas, menos a de exaltar elites, porém trazia muitas notícias internacionais e criticava a forma hipócrita de ser do capitalismo.

Tribuna do Povo foi criado quatro anos depois de sua volta para o Maranhão e era uma das principais tarefas previstas pelo PCB. O jornal não tinha muitos colaboradores e os poucos existentes preferiam ficar no anonimato. Maria era responsável tanto pela direção, quanto pela redação, secretaria e venda. Nesta, havia apenas dois funcionários, mas Maria participava ativamente das vendas nas portas das fábricas, atividade que fazia simultaneamente com a produção de reportagens sobre a realidade das fábricas, que eram estampadas em todas as edições do *Tribuna do povo*. Convém deixar claro que o jornal era feito dentro da lei, chegou a ser vendido em banca, mas Maria o comercializava principalmente de mão em mão, nas praças e nas portas das fábricas. A filha de Maria, Simone, contou: “Esse jornal esclarecia, informava, e Dede dizia que precisava ter um instrumento político que chegasse até as pessoas para ‘desdizer’ o que a burguesia ficava inculcando na mente das pessoas através dos meios de comunicação (Macieira, 2010 *apud* Silva, 2018, p. 113-114).

Como já foi mencionado, o principal cargo de Maria Aragão era como diretora do jornal e também escrevia muitas matérias, recebia os trabalhadores ou informantes na sede do periódico para discorrer sobre denúncias. Na presente pesquisa, analisando edições do jornal entre 1949 e 1959, foi possível perceber que ela pouco assinou notícias com o nome de Maria Aragão. Geralmente, ao fim dos textos, estava escrito o nome do redator responsável ou a abreviação de *Tribuna do Povo* (T. B.). Quando o texto vinha assinado com essa abreviação, na grande maioria das vezes, era um texto de Maria. O periódico *Tribuna do Povo*, resumidamente, era um jornal para o trabalhador, os informava sobre as leis trabalhistas vigentes na época, sobre as conquistas do proletariado no Brasil e internacionalmente, lutava contra a fome, visto que a diretora do jornal já tinha passado muita fome durante sua vida, então entendia a dor que as pessoas mais necessitadas passavam, discorria sobre o PCB e suas inúmeras propostas a respeito de uma sociedade mais igualitária para todos. Dava voz ao trabalhador, tal e qual as pessoas vulneráveis socialmente, falava abertamente sobre o preconceito de gênero, denunciava governantes irresponsáveis e mentirosos, assim como patrões exploradores e que não cumpriam as leis trabalhistas. O jornal não tinha o intuito de “passar a mão na cabeça” dos privilegiados socialmente e sim fazer o seu papel revolucionário de ajudar quem realmente precisava de ajuda, isso em todos os sentidos.

Havia um grande empenho em abordar fatos que contemplassem não só o âmbito local, mas também o regional, nacional e internacional. No *Tribuna do Povo* podia-se ver desde a divulgação dos vencedores das brigas de galo até notícias sobre o fundo monetário internacional (FMI); havia promoção de debates sociais, a partir de cartas anônimas do interior do Maranhão; da falta de água em bairros de São Luís, de notícias sobre a URSS. Porém, havia temas recorrentes, como a carestia dos alimentos, a questão da fome, a questão dos trabalhadores das fábricas de São Luís, o universo feminino e a questão da reforma agrária (Araújo, 2012, p.114).

Os temas abordados no periódico eram bem polêmicos, visto que a população era em sua maior parte conservadora e submissa, então o fato de existir um jornal dirigido por uma mulher que questionava e batia de frente com os poderosos, também com os costumes, era uma afronta. Maria e sua pequena equipe se dedicavam bastante às matérias que iam ser publicadas, por meio de muita pesquisa, sempre procuravam ouvir as pessoas, buscar pronunciamentos, para que os textos realmente fossem capazes de informar, bem como fazer os leitores se informarem da maneira correta e refletirem sobre o que estava escrito. O *Tribuna do Povo* não era o jornal com mais estrutura de São Luís, mas com certeza era um dos mais completos na defesa dos mais pobres e trabalhadores, combinando noticiário e artigos de qualidade. As matérias sempre “tocavam na ferida” dos poderosos maranhenses, principalmente da elite das fábricas de tecidos que lucravam muito em São Luís. “Manter o jornal funcionado não era tarefa fácil, pois existiam dificuldades de toda ordem: além da perseguição política, a falta de recursos financeiros, entre outras.” (Araújo, 2012, p. 114). Por conta disso, a diretora do jornal se desdobrava para manter principalmente a classe trabalhadora informada sobre os seus direitos e a respeito da exploração que sofriam.

Os companheiros de partido diziam que Maria organizava seu tempo de modo que ele parecia ter mais duração do que para outros mortais. Seu dia a dia no partido incluía não só cuidar da direção, mas também sair para tentar vender livros (que eram ilegais); ia às portas das fábricas, que nessa época compreendiam a Santa Amélia, a Cânhamo, e a Santa Isabel ou Fabril, esta a mais importante delas, de prioridade de Eduardo Aboud (ARAGÃO, 1992). E suportava reações a seu comportamento, conforme diz Wagner Baldez (2010): “Maria Aragão arrecadava dinheiro para o jornal não parar de circular, e as vezes, na porta das fábricas jogavam objetos nela, até pinicos (Araújo, 2012, p. 116).

Ela acumulou nos anos de sua vida a repulsa pelo comportamento egoísta de pessoas das principais esferas da sociedade, indivíduos conservadores, que não suportavam que uma

mulher tivesse um alcance tão grande dentro da política, capitalistas donos de grandes empresas que queriam continuar explorando seus empregados como se fossem objetos, sem questionamentos ou críticas, tal qual a igreja católica que questionava o modo de viver de Maria, pois ela não tinha nenhuma religião definida, não tinha marido quando teve sua filha e porque não se comportava como uma mulher submissa perante os homens e os mais ricos, lembrando que a igreja católica possuía um número de devotos bastante grande em São Luís.

Mas foi no mês de maio de 1946, em Pedreiras, que Maria soube que o padre responsável pela paróquia daquela cidade chamava a atenção sobre a figura da médica que “come criancinhas” – numa alusão ao mito sobre o comunismo – e encara a “besta-fera”. Insuflava as mulheres a não se consultarem com ela e pedia que colocassem uma cruz preta na porta de suas casas, quando de sua visita áquele município (ARAGÃO,1992). O padre ainda ordenou a seus fies “(...) ‘Morreram com Deus, em suas casas, mas não vão se consultar com aquela mulher’ (...) o clero já havia desistido de negar que eu era médica, mas ainda me chamava de prostituta. (MARIA..., 1988, p. 4) (MARIA..., 1998 *apud* Silva, 2018, p.118)

Esse padre foi bastante maldoso e contraditório em seus comentários e, por puro ódio da pessoa que Maria era e do que ela representava, usou a influência que tinha mediante os fiéis da igreja para prejudicá-la pelo simples fato dela fazer parte do PCB e não se comportar de acordo com os costumes de uma religião que ela nem seguia. Foi através desse sacerdote que surgiu um dos apelidos mais famosos quando se trata dessa mulher: “besta-fera”, que quer dizer para religião do catolicismo o demônio, o inimigo dos fiéis ou qualquer coisa negativa nesse sentido. Em alguns artigos a respeito da vida de Maria Aragão usam esse apelido negativo que lhe foi dado como forma de resistência, porque ela seguiu sim, durante toda a sua trajetória sendo perseguida e odiada, por conta de não se conformar com a vida que lhe era imposta como mulher, negra e pobre, por conta de seu partido, por conta de seu trabalho e principalmente por conta de não ter medo de seus posicionamentos, nem de sua liberdade.

Maria, em suas andanças pelos municípios maranhenses, além de divulgar o Partido, fazia atendimento médico e reportagens para publicar no jornal *Tribuna do Povo*. Reunia os militantes e pessoas interessadas em ouvi-la e, nessas ocasiões, começava “(...) a falar de reforma agrária, sobre a situação do campo, a falta de escolas, de saúde (Araújo, 2012, p. 121).

Mediante pesquisa no acervo do jornal *Tribuna do Povo* que se encontra disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a partir de buscas por palavras-chave relacionadas às operárias têxteis, foi possível encontrar a publicação de 32 reportagens sobre

o cotidiano dessas trabalhadoras em fábricas de tecidos no período compreendido entre os anos de 1949 e 1959. Todo esse material foi de suma importância para o entendimento da dinâmica dentro das fábricas e o cotidiano das operárias nesse ambiente.

Neste artigo, selecionamos algumas reportagens para maior aprofundamento, focando nas questões salariais, condições de trabalho e direitos das mulheres.

As questões ligadas a mulher estavam presentes no jornal *Tribuna do povo* desde a sua fundação no de 1949. Eram matérias sobre seus direitos, a violência contra a mulher, as situações precárias que afetavam sua saúde, o cotidiano da mulher operária, o cotidiano doméstico, encontros e congressos de mulheres (Araújo, 2012, p. 188).

Todas essas notícias referentes a mulher, principalmente a mulher operária, tinham textos polêmicos para a época, pois iam totalmente contra o conservadorismo e procuravam criticar a sociedade machista e paternalista, bem como ir contra a alienação da elite para com as grandes massas, como fazer o corpo social refletir. No caso das mulheres operárias, o periódico *Tribuna do Povo* estava semanalmente trazendo notícias das injustiças que aconteciam nas fábricas de tecidos, pois essas instituições fabris eram uma das bases da economia de São Luís e região, porque traziam muitos lucros para o estado e o empresariado. As mulheres eram a maioria da mão de obra nesses espaços, então constantemente, a equipe do jornal e a própria Maria Aragão iam para a porta das fábricas vender exemplares do jornal e acabavam estreitando o contato com o operariado. Por meio dessas conversas surgiam denúncias e entrevistas sobre os acidentes de trabalho, os assédios e a falta de respeito que essas trabalhadoras passavam em seu cotidiano fabril.

La pra rua, ia pra porta da fábrica, ia pra porta da Santa Amélia, vendia o jornal. Dizia a reportagem, nossa redação é no lugar tal, assim, assim eles iam lá nos contar. Operárias iam lá na nossa redação e nos davam a reportagem das injustiças, de tudo que tava havendo na fábrica. Eu saía de lá e ia pra Fabril. Saía da Fabril e ia pra Camboa, vendendo jornal, fazendo discussão e tal (Moreira Neto, 2017, p.140).

As reportagens do *Tribuna do Povo* eram bastante incisivas, visto que não se preocupava em desafiar os homens que “mandavam” na sociedade, não temiam esses homens, era um jornal para o povo, para dar voz principalmente à classe trabalhadora. Os artigos abordavam questões polêmicas como o aborto, a dupla jornada de trabalho das mulheres

pobres, temas esses que, para a sociedade conservadora, não deveriam sequer ser mencionados.

A edição semanal datada do dia 5 de setembro de 1953 causava espanto à nata do conservadorismo maranhense ao publicar uma matéria intitulada “Os inimigos da infância, os donos de São Luís”, se referindo aos empresários donos das fábricas de tecidos. Esse tipo de notícia, o diferenciava dos outros jornais pela coragem de bater de frente com a elite fabril e por tratar um assunto tão censurado socialmente como o aborto.

Tribuna do Povo tem frequentemente denunciado as condições em que trabalham os operários daquelas empresas pertencentes ao mesmo dono. Como a Constituição garante licença para gestante, resolveram os Cavalcanti dispensar as operárias fecundas. E seis já foram dispensadas pelo crime de serem “parideiras”. Manifestam-se assim, além de inimigos da classe operária, como inimigos e perseguidores da maternidade e da infância (Tribuna do Povo, 05/09/1953, p. 1).

A matéria jornalística fala a respeito das operárias das fábricas Santa Amélia e São Luís, que tinham como donos os Ribeiro Cavalcanti. Ela dava a entender que os patrões não estavam muito satisfeitos em cumprir a obrigação de prever a licença maternidade para as operárias que se tornaram mães. Por conta disso estariam provocando um desemprego em massa, demitindo as funcionárias assim que recebiam a notícia da gravidez. Portanto, o operariado feminino que engravidava sofria com a demissão e conseqüentemente com o desemprego. Muitas iam em clínicas clandestinas de aborto, conhecidas como “fazedores de anjo”, para realizar esse procedimento, porque a educação sexual era mínima, os métodos contraceptivos não chegavam a essa população e elas precisavam de dinheiro para o sustento da família. Para essas mulheres pobres, em sua grande maioria negras, o desemprego era realmente um pesadelo, então para elas era bastante difícil, já nas condições em que viviam, gestar e criar crianças não tendo uma fonte de renda. A matéria acusa os Ribeiro Cavalcanti de serem criminosos, dado que eles estariam fazendo pressão psicológica nas mulheres que trabalhavam em suas fábricas, as instigando a cometerem um crime, no caso o aborto. O texto jornalístico fala diretamente o sobrenome dos empresários. Com a leitura dos trechos da matéria é visível como a redação não temia os “grandes” da sociedade da capital do Maranhão, que dava “a cara a tapa” para defender os direitos básicos do proletariado. Nesse sentido, o jornal foi de muitíssima importância para a luta da classe trabalhadora, incluindo das fábricas de tecido que é o assunto do presente trabalho. Essa demissão que provocava o

medo nas operárias de gerarem filhos, faz mesmo que indiretamente parte de uma cultura do eugenismo, pois enquanto os patrões estavam construindo grandes famílias de crianças brancas que tinham ótimas oportunidades de estudo e o direito a uma infância com dignidade, as suas empregadas tinham que optar por fazer o aborto e não optando comumente por muitos traumas, afinal um aborto não é um procedimento fácil, física e psicologicamente. A outra opção que essas moças tinham era de vivenciar a maternidade de uma forma sofrida, visto que por falta de emprego elas não teriam condições de prover nem o básico para os seus filhos. Essa lógica é cruel e tudo isso pelo fato de que o patrão não quer mexer em seus absurdos lucros para garantir o direito dos trabalhadores, porque ainda pairava aquele pensamento escravocrata que essa população deveria os servir sem nenhuma remuneração.

A pauta das crianças nascidas em famílias proletárias era uma questão bastante debatida no jornal, porque enquanto as famílias abastadas da sociedade maranhense mantinham seus filhos nas melhores escolas e em várias atividades extracurriculares, os filhos de pobres ficavam sozinhos em casa enquanto seus pais estavam no trabalho, ou também largavam a escola e começavam a trabalhar servindo aos ricos muito cedo. Maria Aragão, em suas andanças como médica nas vilas operárias, observava a realidade daquelas crianças, a realidade daquelas famílias e muito provavelmente se sensibilizava bastante, pois vivenciou a experiência da maternidade, cuidou de muitas crianças doentes em sua trajetória na medicina, como também foi uma criança pobre.

A edição do dia 19 de dezembro de 1953 traz a denúncia da falta de creches em São Luís. O título da matéria era “As crianças e os pais do socialismo”, que se referia especificamente sobre as dificuldades da maternidade de operárias fabris.

As operárias mães lutam com sérias preocupações quando tem filhos menores, que ficam na maioria dos casos, ao inteiro abandono. Enquanto elas estão no serviço. As mulheres mães das nossas fábricas, não gozam dos direitos reservados as mães, nos períodos de gestação. Os filhos menores das operárias nos primeiros três anos de vida ficam ao inteiro desamparo e, nos subsequentes pela falta de posse dos pais, não frequentam colégios e iniciam a vida de trabalho, perdendo prematuramente os gozos da infância, são crianças sem prazer na vida, vítimas de um regime regenerado (Tribuna do Povo, 19/12/1953, p. 4).

Essa passagem traz uma crítica bastante importante, pois as operárias eram, em sua maioria, negras e/ou pardas. No imaginário popular, a mulher operária não necessitava de cuidados durante a gestação e o seu pós parto, vistas como máquinas de trabalho ou

constantemente sexualizadas. Os filhos dessas mulheres, por sua vez, também não tinham direito a dignidade de uma infância feliz, estudos, brinquedos e a inocência infantil, esses privilégios eram destinados somente as crianças brancas e ricas. As crianças pobres e pretas tinham que servir, assim como seus pais serviam. O artigo compara a criação das crianças brasileiras com a criação das crianças soviéticas, esta última considerada mais igualitária pelo jornal.

As matérias de 5 setembro e de 19 de dezembro de 1953 se complementam, visto que ambas discorrem sobre como negligenciavam a maternidade das operárias e sobre o descaso social com os filhos do operariado de São Luís. Ambos os textos denunciam as irregularidades, porque o proletariado não estavam tendo acesso ao básico que era seu direito.

Na União Soviética a criança fica sob os cuidados de especialistas, quando ainda no ventre materno. Onde as creches nas fábricas e em todas as concentrações de massa são uma obrigação e a mãe operária não sente as preocupações que sufocam as brasileiras. Onde o filho do operário não tem necessidade de trabalhar prematuramente para seu sustento e vive realmente a sua vida de criança, feliz e bem tratada (Tribuna do Povo, 19/12/1953, p. 4).

Neste último trecho, o autor ou autora que acreditava na melhoria com o regime comunista, já que todos que trabalhavam naquele jornal faziam parte do partido, faz menção a realidade de um país comunista, pois o Tribuna do povo apoiava as ideias e a revolução comunista. O texto fala o óbvio, porém o que as pessoas não queriam enxergar, por puro mau-caratismo e até por maldade, é que a criança tem que ser criança, independente de ser filho de operário ou filho de empresário, contudo não era isso que acontecia, os indivíduos pobres “viravam adultos” desde a infância e embarcavam no trabalho infantil, simplesmente porque essas pessoas não eram vistas com humanidade. O que o artigo quis passar claramente que o capitalismo, tão benéfico aos patrões, submetia grande parte da população a um trabalho exploratório e precoce.

Em muitas notícias analisadas do *Tribuna do Povo* em relação aos donos de fábricas, os redatores se referiam à elite fabril como “tubarões”. Na análise das páginas não se consegue explicar o porquê desse apelido, muito embora o tubarão é visto como um animal de má índole que acaba com suas presas e, devido ao teor dos textos, certifica-se que esse apelido era sim usado de forma negativa, como uma afronta.

A edição do dia 12 de dezembro de 1953 traz um artigo intitulado de “A piedade dos tubarões” e menciona três fábricas: São Luís, Santa Amélia e a Santa Isabel. Essas estavam sendo acusadas se aproveitar da fé de seus funcionários, dando-lhes folga no dia 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, porém estavam retirando duas folgas do operariado. “Os donos das fábricas aproveitam-se do dia 08, dedicado a Conceição, para roubar dois dias aos seus operários.” (Tribuna do Povo, 12/12/1953, p. 5).

O foco principal da edição era de fato a enganação dos patrões, porém foi mais uma vez mencionada a problemática das operárias grávidas.

E ainda patrões desalmados, dispensam, “por conveniência”, as “mulheres parideiras”, o que em palavras mais claras, quer dizer: obrigam a maior parte, a prática criminosa do aborto. Uma creche apenas, com capacidade para trinta crianças, numa cidade onde existe três mil e setecentos tecelões, dos quais cerca de 45 é formado de mulheres. Que os têxteis lutem para que os patrões cumpram a legislação trabalhista que os obriga a criação de creches junto as empresas (Tribuna do Povo, 12/12/1953, p. 1).

Percebe-se que o jornal trazia novas questões para debate, mas sempre recuperando problemas já noticiados sobre as fábricas para fortalecer suas denúncias contra os patrões.

É assim que agem os tubarões, querem lucros, mais lucros. Sugam o operário, exploram. Matam de fome milhares de crianças, filhos dos operários. Mas a unidade dos trabalhadores, a luta dentro do Sindicato pelas reivindicações derrotará os tubarões e fará com que eles respeitem os direitos e os sentimentos dos têxteis, com unidade e decisão de lutar, os têxteis terão os melhores salários (Tribuna do Povo, 12/12/1953, p. 1).

As questões que aconteciam atrás das paredes das fábricas infelizmente iam muito além da constante exploração do operariado. De acordo com os relatos e as denúncias da classe operária, se observa que esses indivíduos dentro do seu ambiente de trabalho tinham menos valor que as máquinas, ao mesmo tempo em que se praticava com constância atitudes de ordem machista e a própria violência de gênero, bem como acreditava-se que o sexo masculino era superior ao feminino. Assim, para além da exploração geral da classe trabalhadora, as tecelãs e fiandeiras sofriam assim como os seus colegas homens, mas esse sofrimento era duplicado por tratar-se de mulheres.

Ser operária de fábrica têxtil naquele momento histórico significava situar-se numa fronteira aonde o discurso ia da condenação, por considerar uma “degradação” da imagem feminina, a perda da dignidade e da honra, até a defesa, por considerar um trabalho honesto e desviante das armadilhas da prostituição. O trabalho feminino significou um despertar de um amplo

debate, sobre o qual os defensores da emancipação feminina tentavam provar a capacidade física e intelectual das mulheres no processo de trabalho, porém os conservadores tinham como objetivo estabelecer normas, proibir os trabalhos ditos como prejudiciais a honra e reafirmar os papéis das mulheres na sociedade, sendo comum usarem o exemplo das operárias para demonstrarem o risco para a família e a honra feminina (Carvalho, 2008, p. 8).

Essas mulheres não eram prostitutas, não vendiam serviços sexuais para ganhar dinheiro, no entanto para o imaginário popular, elas eram vistas como “sem-vergonhas” ou impuras, porque trabalhavam em um local fechado com vários homens. Um apelido recorrente que foi atribuído a essas operárias foi o de “pipira”, uma referência à ave do mesmo nome e bastante popular na região, mas que em relação às trabalhadoras têxteis era carregada de esteriótipos machistas, com conotações associadas a prostituição ou sedução para práticas sexuais, em contraposição à imagem das moças recatadas que tinham o privilégio de não precisarem trabalhar e por isso viviam resguardadas em casa. As operárias iam trabalhar honestamente, mas sofriam constantes assédios, principalmente de seus superiores.

Os indivíduos que trabalhavam na fábrica adquiriram o costume de relatar as injustiças que aconteciam nas instituições fabris para veículos de notícias interessados e assim o *Tribuna do Povo* publicou no dia 9 de janeiro de 1954 a matéria intitulada “César acoberta o crime”. A reportagem tratava de um assédio que ocorreu na Fábrica de Tecidos Santa Isabel, tendo como um dos donos o empresário César Aboud. No início, o texto deixa claro que tem discorrido constantemente a respeito das perseguições que os operários das fábricas de tecidos de São Luís estão sofrendo durante seu horário de trabalho, logo essa seria apenas mais uma denúncia.

Uma das últimas vítimas desse desalmado perseguidor, foi a operária Maria Magalhães, da secção de carretelheria, expulsa da fábrica porque recusou propostas indecorosas do chefe de sua secção. Djalma de tal, vulgo Papagaio, elemento pernicioso ao convívio das operárias, pois vive a endoidá-las com propostas fora do decoro. Maria Magalhães, casada, vendo-se perseguida durante semanas pela impertinência do chefe de sua secção reagiu a altura, bastando isso para que o carrasco passasse a persegui-la onde serias discussões entre os dois sobrevieram, vindo o carrasco Djalma conseguir a expulsão da operária da Empresa (*Tribuna do Povo*, 09/01/1954, p. 3).

Obviamente, se tratava de uma covardia esse tipo de perseguição, pois esses chefes de secção eram pagos para vigiar a produção de tecidos, bem como colocar ordem nas salas onde esse processo era realizado, contudo alguns, como esse Djalma citado no texto, sabiam que

podiam oprimir as mulheres que ali estavam trabalhando, pois nada de muito grave iria lhe acontecer. Neste caso, a operária era a vítima e ainda foi expulsa da fábrica, pois César Aboud decidiu “passar a mão” na cabeça de seu funcionário e desempregar uma pessoa que trabalhava para literalmente sobreviver.

O caso de Maria Magalhães, atinge todas as operárias da Fabril que estão arriscadas a sofrer os mesmos vexames dos policiais de César, é a injustiça desse patrão que tem o operário como que tem ao operário o escravo e não um ser humano que deve ser considerado. Por isso, solidarizar-se com Maria Magalhães é dever dos operários têxteis de São Luiz, pois o caso dela não é isolado, mas pode acontecer como tem acontecido a qualquer um (*Tribuna do Povo*, 09/01/1954, p. 3).

Os chefes de secção eram geralmente os homens de confiança dos chefes das fábricas, como os homens ficam ao lado de outros homens e especificamente aquelas mulheres nesses ambientes eram vistas como objetos facilmente substituíveis. Esse tipo de situação era comum e faziam várias vítimas sem defesa frequentemente. A matéria deixa claro que a operária Maria Magalhães não foi a primeira vítima desse tipo de situação. O corpo dessas mulheres, maioria nessas fábricas, era tão subjugado que, além dos assédios, sofria também espancamentos no ambiente de trabalho, como noticiou o *Tribuna do Povo* com o título de “operárias espancadas”, na edição do dia 14 de agosto de 1954. A reportagem apontou que duas operárias foram espancadas em diferentes fábricas em São Luís: “Espancamento em voga nas fábricas têxteis – 2 operárias espancadas num só dia – Eulália Reis da Fábrica São Luís e Raimunda Nunes da Fábrica Anil – Somente a união resolve” (*Tribuna do Povo*, 14/08/1954, p. 6). As letras da notícia eram maiúsculas, reforçando a indignação da produção do jornal, porque certamente era um absurdo acontecer esse tipo de situação desumana com as trabalhadoras.

17 anos de serviço tem Lavíca, na empresa e, a cerca de dez anos vendia pomada e perfume as suas companheiras, nas horas vagas. Nunca houve qualquer proibição a respeito. Nesse dia, aparece o alemão, técnico da empresa, a insultá-la e foi logo agarrando-a pela garganta, tendo depois atirado por cima de uma máquina de onde saiu com o rosto e um dedo ferido do baque que sofrera. Tudo isto somente porque Lavíca vendia pomada, esquecido de que ele também já vendeu relógios dentro da empresa, para usufruir lucros, apesar de ganhar por dez operários. Quanto a Raimunda Nunes, do Anil sucedeu o seguinte: subindo numa caixa de cujo cimo lhe era mais fácil de fazer limpeza em sua máquina. Mal começava serviço ouviu os berros do filho do chefe da secção, Manuel Cadilha, insultando-a com palavrões, alegando ser proibido subir na caixa. Revidando os insultos a

operária foi brutalmente espancada pelo petulante agressor e jogada a rua com o corpo cheio de escoriações. Lavica, não se conformando com o espancamento covarde de que foi vítima, procurou a polícia, onde deu parte do ocorrido. Esta limitou-se a dizer que o alemão tinha “agido errado”. O que devia fazer, acrescentou era suspendê-la. Com isto, mal a operária entra na empresa de volta ao trabalho, recebe a notícia de estar suspensa por 4 dias e com o agravante de estar proibida sua entrada e seus parentes, na fábrica. Agora, tanto a de São Luiz como a da Anil informam os operários que estão procurando direitos na Delegacia do Trabalho. Uma coisa entretanto fiquem sabendo os têxteis maranhenses justiça para os trabalhadores, só sai através das lutas. Somente unidos dentro do sindicato conseguirão vitória contra seus inimigos. Assim aconteceu na Fabril, em 1952, quando uma operária foi espancada e assim aconteceu em Caxias, no dia 9 de junho último. A greve resolveu tudo. Os espancadores foram destituídos dos seus cargos contra a vontade patrões do contrário os operários não voltariam ao trabalho. Tudo deve ser levado ao sindicato. A unidade dos trabalhadores dentro dos sindicatos é o caminho da vitória (Tribuna do Povo, 14/08/1954, p. 6).

Os maus tratos às operárias eram mais comuns do que se pensava na época. Outros periódicos vigentes no Maranhão também noticiavam sobre esses acontecimentos deploráveis, muito embora não fossem o objetivo deste artigo. As fábricas rendiam muitos lucros e assuntos para a capital São Luís, viravam notícia constantemente, porém era o *Tribuna do Povo* aquele jornal sempre incisivo nos seus textos. Como no exemplo dessa matéria, há o nome das vítimas, o nome dos agressores e o nome dos donos da fábrica. Maria Aragão, diretora e principal redatora do *Tribuna do Povo*, tinha muito carinho e empatia pelas operárias. Por ser uma mulher que ia contra os seus contemporâneos, se sensibilizava de fato com a condição da mulher na sociedade e se revoltava com a maneira que os trabalhadores eram tratados, Sua escrita no jornal evidencia isso. Em quase todos os finais de texto que se referiam à questão de maus tratos aos têxteis, vinha uma mensagem sobre a união dos trabalhadores ou então sobre a união dos sindicatos, referindo-se justamente às propostas de mobilização social do PCB..

As mulheres operárias não eram reconhecidas nas fábricas como cargos de destaque, muito embora elas fossem a mão de obra que fazia passo a passo o tecido, eram mal remuneradas. Os cargos de direção, bem como o de mestre e contramestre, eram reservados aos homens. Apesar dessas mulheres realizarem trabalhos braçais pesados e quase sobre-humanos, elas ainda eram vistas como o sexo frágil e muitas vezes trabalhavam o mesmo ou mais que os homens. Também recebiam salários menores.

Por que de fato as mulheres eram e são consideradas mais frágeis mesmo realizando o mesmo trabalho que os homens? Na lógica, por serem consideradas mais frágeis, não teriam

que ser mais bem tratadas? Pois com as operárias acontecia justamente o contrário: elas eram assediadas, espancadas, colocavam toda a sua força e juventude no seu trabalho e, em grande parte dos casos, acabavam sofrendo um acidente ou adoecendo gravemente por conta de uma péssima qualidade trabalhista. Quando isso acontecia, elas eram imediatamente desligadas das fábricas com o mínimo ou sem nenhum direito.

A edição de 13 de março de 1954 escancara o caso de operárias doentes das fábricas Camboa e Santa Isabel, que estavam sendo negligenciadas pelos seus patrões, como também pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

Na edição de TRIBUNA DO POVO do dia 6 corrente, denunciamos ao povo o estado da operária Júlia Rosa Martins, que trabalhou 17 anos na Fábrica Camboa e hoje, que teve alta na IAPI se encontra inteiramente desamparada. Desta vez, falaremos de algumas operárias da Fabril que estão liquidando sua mocidade trabalhando para os tubarões Abaoud e agora encontram-se na demência de voltar para o trabalho doente, ou ficarem em casa e nada ganhar (Tribuna do Povo, 13/03/1954, p.5).

Depois dessa introdução o artigo em várias notas com títulos chamativos relata a situação terrível que outras operárias estavam passando.

MORREU A MÍNGUA – Há pouco tempo recordam os operários com quem falamos nossa companheira Brigida, da tecelagem, morreu a míngua, depois de uma semana que teve alta no Instituto. A operária Brigida, passou alguns meses encostada naquela autarquia, mas ganhava com Cr 430 que ganhava por mês, era impossível dá pra comer e ainda sobrar dinheiro para remédio. Quatrocentos e trinta cruzeiros, hoje, se gasta em uma semana devido ao alto custo de vida (Tribuna do Povo, 13/03/1954, p.5).

Brigida adoeceu por conta do excesso de trabalho e não teve nenhum socorro, sendo descartada pela empresa e pelo IAPI.

OUTRA VITIMA – Bárbara, também da tecelagem é bastante olhá-la quem a conheceu boa, isto é, durante os tempos que passou fora da fábrica para reconhecer a gravidade de seu estado. Da mulher forte e fisicamente bela, hoje só resta a sombra. Faz um esforço imenso para ir até o médico ou a Instituto. Em seu rosto, estão estampadas as dores torturantes que as deprimem. Esta também teve alta do Instituto como “Boa” (Tribuna do Povo, 13/03/ 1954, p. 5).

O operariado não trabalhava para viver e sim vivia para trabalhar e assim sobreviver.

OUTRA MAIS – Falaram-nos ainda de Alzira Barbosa, também da Fabril e da tecelagem. Esta operária teve alta após três meses e poucos dias de encostada. Embora Continuasse doente. Ao voltar ao médico da Empresa solicitando nova ficha para continuar a receber os benefícios que a lei lhe assegura, foi-lhe negado aquele atestado, sob o pretexto de que o médico do Instituto não o aceitaria (Tribuna do povo, 13/03/1954, p.5)

Maria Aragão, que fazia praticamente um trabalho voluntário como médica, se indignava com o descaso das empresas e do IAPI para com suas operárias. Vê-se em matérias como essa que Maria e seus companheiros de partido, que realizavam juntamente a ela o projeto do jornal, realmente ouviam a classe trabalhadora, quando iam distribuir exemplares do *Tribuna do Povo* nas portas das fábricas e aproveitavam para ouvir relatos, ou então marcar entrevistas na sede do jornal, sendo assim que eles conseguiram todas essas informações a respeito da saúde as operárias.

Como foi noticiado no caso da operária Brígida, essas mulheres mal tinham dinheiro para levar comida para casa, não tinham dinheiro para saúde, lazer e às vezes nem a mínima qualidade de vida, visto que, como atualmente, as mulheres realizavam as mesmas funções que os homens, mas tinham pouco reconhecimento.

AS TECELÃS NÃO GANHAM O SALÁRIO MÍNIMO – Trabalhando com máquinas velhas desmanteladas e fio fino da mais péssima qualidade, as tecelãs que ganham por produção, embora se desdobrem em esforço sobre-humano, nunca conseguem produzir as peças correspondentes ao salário-mínimo vigente (Tribuna do Povo, 11/06/1955, p. 4).

As máquinas, que eram itens essenciais para a produção de um tecido de qualidade, mais prejudicavam do que ajudavam as operárias em seus serviços, porque esse maquinário era velho em sua maioria, por muitas vezes apresentavam diversos defeitos, causando assim para com as operárias vários acidentes, como a perda de um dedo ou até de uma mão, deixando essas mulheres impossibilitadas de trabalhar. Conforme noticiado, a Camboa não pagava o salário que era direito das tecelãs, então elas trabalhavam por peça feita, o que acabava as prejudicando no dinheiro que recebiam. As máquinas com problemas não eram reparadas ou substituídas por outras mais modernas, bem como os patrões não ofereciam o mínimo de direitos trabalhistas para aquelas mulheres e elas trabalhavam sempre na esperança de poder levar o sustento para suas casas.

OPERÁRIOS DÃO VERTIGEM EM CIMA DAS MÁQUINAS – Trabalhando com excesso e ganhando salário miserável para fazer face ao alto custo de vida, operárias de idade avançada, doentes e sub-alimentadas,

dão vertigens em cima das máquinas, enquanto o capataz Antenor Pinheiro, obedecendo as ordens dos patrões, continua perseguindo e exigindo maior produção dos trabalhadores. Os corpos e a vida dessas mulheres eram totalmente negligenciados nesse ambiente de trabalho, afinal, se elas morressem era só substituir, a humanidade não existia, só pensavam em lucros (Tribuna do Povo, 11/06/1955, p. 4).

Quando a notícia profere a palavra capataz está se referindo à escravidão, que durou quase quatrocentos anos no Brasil, uma vez que – em diversas ocasiões – os operários eram tratados como pessoas escravizadas e os mestres gerais e chefes de seção agiam como capatazes, inimigos da classe trabalhadora, porque eram empregados que ajudavam os patrões a maltratar e tirar direitos mínimos de outros empregados. O que as operárias ganhavam por tecido produzido, na maioria das vezes nem dava para fazer compras de alimentação dignas para suas casas, não podiam dar uma pausa insignificante durante o horário de trabalho, não podiam ter a dignidade de comer e descansar, trabalhavam incessantemente e só tinham direito a uma má alimentação, como o próprio texto destaca. O corpo dessas trabalhadoras era negligenciado, os patrões não trocavam as máquinas, mas as trocavam em caso de doença ou morte com bastante facilidade.

Elas eram impedidas de se alimentar, impedidas de parar durante o turno e a tortura psicológica também se fazia presente entre os impasses que as tecelãs enfrentavam em seus empregos. Em 1958, os acionistas da Fábrica de Tecidos Santa Amélia estavam forçando duas operárias a pedir demissão porque elas lutando para receber o salário-mínimo e funcionários da fábrica denunciaram o ocorrido ao jornal.

Tribuna do Povo tem denunciado com frequência essas irregularidades NA SANTA AMELIA. Há duas semanas duas operárias da Santa Amélia foram coagidas a se demitir, sob ameaça de serem presas, caso não assinassem sua demissão. As “demissionárias” são as operárias Maria José Veloso e Conceição. A primeira com quatro filhos e a segunda com seis. (...) O MOTIVO – Levadas pela necessidade de fazer o salário mínimo para não verem os seus filhos morrendo de fome fizeram marcas no pano. Na realidade não fizeram se não imitar os donos da fábrica que roubam na metragem. Pois as peças dão sempre mais de 45 metros. (Tribuna do Povo, 07/06/1958, p. 02)

Como visto, a maioria dos textos do *Tribuna do Povo* se refere a denúncias a respeito do operariado feminino têxtil. Maria Aragão e a equipe do jornal tinham esse tato para discorrer sobre os diversos cenários que as operárias têxteis se encontravam, da infância de

seus filhos e da violência de gênero que elas passavam, como é o caso dessa comparação dos salários de ambos os gêneros nas instituições fabris.

As mulheres e as crianças foram a mão-de-obra mais utilizada nas fábricas, e durante muito tempo foram vistas como as responsáveis pela falta de resistência no meio operário, isso devido a estereótipos divulgados pelas classes dominantes, a ideia de que as mulheres estavam associadas a categoria das crianças, e sempre pediram apoio aos militantes masculinos e a imprensa operária para representá-las nas lutas por direitos e melhoria dos salários nas fábricas (Carvalho, 2008, p. 122).

Este tipo de situação acontecia justamente porque as mulheres de classe baixa eram vistas como mão de obra barata pelos donos de fábrica, bem como as crianças. Ainda existia aquele estereótipo de que o emprego no ambiente privado era um trabalho secundário, uma vez que o principal trabalho do sexo feminino era dentro de casa, cuidando do bem-estar da sua família, assim como o pensamento que a mulher não pensava por si própria e portanto precisava ser protegida até nas lutas por seus direitos. Porém, em reportagem do *Tribuna do Povo* no dia 1º de maio de 1954, com o título “Lutam os têxteis por uma vida mais justa”, o periódico apresenta que, assim como os homens, as mulheres não se calavam perante a batalha por seus direitos.

Em setembro de 1952, o contramestre Pedro Aguiar, pelego, agente patronal, agrediu a operária Maria Raimunda Aguiar; deixando-a seriamente contundida. O espancador quase foi linchado pelas operárias. A fábrica parou totalmente, em sinal de protesto e com a exigência de afastamento de Pedro Aguiar. A indignação dos operários chegou ao auge com a notícia de que Cesar intercedera junto a polícia pelo espancador. A greve se manteve firme. Os operários não cederam na sua exigência de afastamento de Pedro Aguiar. Mais uma vez venceu a unidade dos trabalhadores e sua combatividade. Pedro Aguiar foi transferido para outra fábrica (Tribuna do povo, 01/05/1954, p. 1).

Comparando com notícias anteriores, mais uma vez César Aboud defende um agressor de mulher, mais uma vez também as mulheres não se calam mediante a opressão, visto que César sofreu um linchamento por parte das operárias. O texto deixa claro que os operários fizeram um greve por conta desse acontecimento, portanto os homens e as mulheres, unidos pela defesa dos seus direitos. Logo depois, por ser um artigo dedicado ao dia do trabalhador, o noticiário estava lembrando grandes atos dos têxteis nas fábricas no ano de 1952.

Ainda em setembro de 52, parte da Camboa paralisou seus trabalhos, numa greve de solidariedades a sete operárias dispensadas injustamente. Os operários constituíram uma comissão de solidariedade. Palavra de ordem “Readmissão das sete operárias ou greve geral.” Em 24 horas Ministério do Trabalho e patrões chamaram as operárias e readmitiram-nas em 53 (*Tribuna do Povo*, 01/05/1954, p. 1).

As pessoas sentiam empatia pela demissão injusta de seus companheiros de trabalho, pois partilhavam da mesma realidade de vida e também pelo motivo que podiam ser os próximos, visto que eram descartados com facilidade. A maioria dessas mulheres não fazia parte de um partido ou de uma ideologia, logo porque não tinham acesso e nem tempo para estudo, todavia elas agiam com muita solidariedade vendo as injustiças que aconteciam dentro das fábricas, se indignavam e lutavam por melhorias. As greves feitas pelos têxteis não eram uma novidade ou um fato isolado, uma vez que muitos absurdos aconteciam neste ambiente de trabalho, e essas situações eram denunciadas pelos próprios operários aos veículos de notícias. Em 1955, as operárias da fábrica Camboa enviaram uma carta para o periódico *Tribuna do Povo* denunciando o que passavam em seu ambiente de trabalho, sendo publicada na matéria intitulada “Não ganham o salário-mínimo e são vigiados na saída”.

Há muito tempo foi estabelecido na fábrica o odioso e humilhante hábito de vigiar e passar a vistoria em qualquer embrulho que levam nas mãos, na passagem do portão, ao regressarmos às nossas casas. Para isso, foi criado um portão especial onde os operários passam, um a um sob as vistas do vigia. Tal portão é tão estreito, que há pouco tempo uma operária teve um braço quebrado em consequência da aglomeração formada na hora da saída dos operários em torno do tal portão (*Tribuna do Povo* 17/12/1955, p. 1).

A carta, pelo que se pode analisar, foi publicada justamente com a palavra das operárias da fábrica em questão, pois é bem detalhada e perceptível a indignação nas palavras.

Devido a péssima qualidade do material fornecido as operárias da tecelagem e de outras secções da empresa, é enorme o esforço feito pelas operárias para cobrirem o salário-mínimo, uma vez que as tarefas dadas para corresponderem não podem ser realizadas dentro das horas normais de trabalho. As operárias almoçam em cima da máquina. Não conhecem o que seja descanso na hora da refeição, tudo para atingir o salário que muitas não conseguem (*Tribuna do Povo*, 17/12/1955, p.1).

Já nesse último trecho, o redator escreve com base na carta denúncia. As operárias apontam para o não recebimento de salário fixo, nem o direito a fazer suas refeições, correndo constantes riscos de sofrer acidentes almoçando em cima das máquinas, tudo isso pela

sobrevivência.

O jornal *Tribuna do Povo* foi produzido com o intuito de ser um jornal para o trabalhador. Maria Aragão, diretora do jornal, e toda a sua equipe, não temiam em usar palavras fortes e incisivas no que diz respeito ao assunto da mulher no mercado de trabalho. Como se pode ver, o periódico escancarava sem nenhum pudor o nome dos donos de fábrica quando desrespeitavam de alguma maneira os seus funcionários. As matérias analisadas nesse último tópico são documentos repletos de atos de coragem, pois as operárias denunciavam o que sofriam como forma de luta por melhorias condições de trabalho e de vida, por justiça. Maria Aragão, por sua vez, as acolhia e defendia, pois, assim como nos dias atuais, as mulheres estavam sempre lutando coletivamente umas pelas outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados na presente pesquisa se conclui que, apesar do trabalho das tecelãs renderem o maior lucro para as fábricas de São Luís, o trabalho feminino era bastante negligenciado dentro e fora das fábricas. As operárias têxteis eram verdadeiras sobreviventes, pois levavam uma vida bastante difícil, sobreviviam às problemáticas no trabalho e ao preconceito da sociedade, porém não se submetiam ao que lhes era imposto, não “abaixavam a cabeça” para os absurdos que eram obrigadas a presenciar ou passar.

De acordo com a bibliografia utilizada neste trabalho, como também na análise de fontes a partir de reportagens do jornal *Tribuna do Povo*, percebe-se claramente que elas não se submetiam ao que lhes era imposto, pois estavam sempre lutando por melhores condições de trabalho e por um salário justo, muito embora fossem sempre assediadas física e moralmente nas diversas fábricas de São Luís. Elas não se calavam perante a esse comportamento mal dos homens e procuravam sempre denunciar os abusos que passavam.

Este tema é bastante atual, pois na contemporaneidade o sexo feminino ainda tem que provar que é capaz de exercer as mesmas funções e receber o mesmo salário que o sexo masculino dentro do mercado de trabalho. As lutas de classes e de gênero ainda são uma das pautas principais do movimento feminista. Assim como na década de 1940 e 1950, as mulheres de 2024 ainda lutam contra a objetificação de seus corpos, salários dignos, como também por coisas básicas como privacidade, continuar no mercado de trabalho de uma forma respeitável e entre outros direitos. As mulheres na atualidade continuam sofrendo e lutando

como as tecelãs e como Maria Aragão no passado.

Como se pode observar nessa pesquisa, as mulheres nas fábricas, na medicina, na militância e no jornal passavam por diversos tipos de preconceito pelo simples fato de ir atrás daquilo que queriam e acreditavam. Grande parte das trabalhadoras brasileiras hoje vivem também uma jornada dupla e às vezes até tripla de trabalho, bem como as mulheres estudadas nesse artigo, também exercem cargos de bastante importância para a população, tal qual Maria Aragão e as tecelãs exerciam no século XX em São Luís.

Portanto, essa pesquisa buscou resgatar um pouco dessas lutas das mulheres, reforçando que o sexo feminino tem uma história de grandes conquistas sociais, porém ainda há um longo caminho a percorrer para a existência de uma sociedade igualitária. Espera-se que esse trabalho contribua para essa caminhada como forma de identificação, porque esse trabalho é uma análise sobre a vida de mulheres trabalhadoras para mulheres trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcia Antônia Piedade. **Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária**. São Luís, EdUFMA, 2014.

CARVALHO, Rosário de Maria. **Trabalho e condição feminina em São Luís na virada do século (1880-1910), a situação do operariado feminino**. São Luís: monografia do Curso de História, UEMA, 2008.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís: EdUFMA, 2006.

MELO, Maria Cristina Pereira. **O Bater dos panos; um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil no Maranhão (1940-1960)**. São Luís, SIOGE, 1990.

MOREIRA NETO, Euclides. **Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cácere e da ditadura**. São Luís: EdUFMA, 2017.

PEREIRA, Ana Paula Alves. **As pipiras da fábrica: a operária sob o olhar da sociedade caxiense na década de 1950**. In: In pessoa, Jordânia, Melo Salania. Percorrendo becos e travessas: feitos e olhares das histórias de Caxias. Teresina: EdUFPI, 2010. p. 27-50.

PERROT, Michele Perrot. **As Mulheres e os silêncios da História**. Bauru: EDUSC, 2005.

RIBEIRO, Elisandra Cantanhede; RIBEIRO Elizania Cantanhede; SILVA José Jonas Borges. **Maria Aragão: Mulher negra de lutas**. São Luís: Kwanissa. v.1. n.1. jan/jul 2018.

SOARES, Ana Carolina. **Maria Aragão e a organização popular**. Documentário. 52min. Produção: Aicó Culturas. Expressão Popular, 2014. Disponível em <https://youtu.be/_x0q1A6HiPw?si=5iK0Cf3O_JI3peto>. Acesso em 11 Mar 2023.

FONTES

Tribuna do Povo. Periódico. **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**. Disponível em <<https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em 20 Jul 2023.